



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter ordinária na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin, Carla Wendling, Ellen Costa, Fernando Mamari, Flávia Piana, Igor Sebastian, Julia Franca, Karla Maria, Lia Baron, Lucia Helena, Paloma Goulart, Pedro Paula Malta, Rayanne Pacheco, Suelyemma Franco e Tomás Ramos. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. Conforme acordado anteriormente, este encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no YouTube. A Secretária Executiva Roberta Canêjo inicia o encontro apresentando-se e cumprimentando os presentes e diz que está sendo verificado se há quorum, conforme previsto em legislação, para início das discussões. Roberta Canêjo diz que, enquanto não há confirmação do quorum, as pautas previstas para discussão são: Fóruns territoriais, Conferência Municipal de Cultura, Eleições e um breve informe sobre o Plano Municipal de Cultura, que será realizado pela Conselheira Lia Baron. Dito isto, a palavra é passada à Conselheira Lia Baron para o relato mencionado pela Secretária Executiva. Lia Baron começa sua fala dizendo que o primeiro informe a ser realizado é que, hoje, dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, está previsto encontro do Secretário Marcus Fustini com o Prefeito e que, por este motivo, o mesmo pede desculpas por não poder estar presente no encontro do Conselho. Nessa reunião, um dos pontos a serem discutidos, é o encaminhamento do Plano Municipal de Cultura à Câmara dos Vereadores. Após tal reunião, poderá ser apresentado, por e-mail ou através dos grupos de whatsapp, um parecer mais detalhado sobre o cronograma referente ao Plano Municipal de Cultura. Dando prosseguimento em sua fala, Lia Baron diz que seu segundo informe é sobre a presença de Igor Sebastian, que já vem acompanhando há algum tempo as reuniões do conselho, as discussões sobre a

montagem da Conferência e das Eleições e que, daqui por diante, o Igor Sebastian assumirá a condução do processo de Conferência e das Eleições, com o apoio da Secretaria Executiva e do Apoio Técnico, e também dos trabalhos da Secretaria Municipal de Cultura - SMC junto ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. Lia Baron explica que a transição será feita de forma gradativa e que continua participando dos encontros como Conselheira, mas não mais responsável pela condução dos trabalhos citados. Com isto, a partir de hoje os Conselheiros já podem se reportar ao Igor Sebastian, pois ele estará conduzindo os encontros. Lia Baron encerra sua fala desejando um bom trabalho a todos, em especial ao Igor Sebastian, que assume nova função, desejando que o encontro possa ser o mais produtivo possível e passando a palavra ao Igor Sebastian para condução do encontro. Igor Sebastian saúda os presentes e começa sua fala dizendo que é um prazer estar presente neste encontro. Explica que já está presente nos encontros deste Conselho há alguns meses de forma menos participativa, porém, atento a todos os assuntos discutidos, que está participando e acompanhando as discussões do Grupo de Trabalho - GT da Conferência e Eleições, tendo neste último encontro uma gerência maior sobre os assuntos discutidos. Para o encontro de hoje, Igor Sebastian informa que será apresentado um pouco do que foi discutido na última reunião deste GT. No referido encontro, teria sido pactuada a realização das Pré-Conferências e Eleições no mês de maio e a Conferência acontecendo em junho. Igor Sebastian justifica a alteração no cronograma por conta da possível interferência das festividades de Carnaval, que foram adiadas para o mês de abril, sobre a Conferência e os eventos preparatórios para ela. Além disso, Igor Sebastian diz que com a alteração no cronograma ganha-se tempo para conclusão dos documentos necessários para contratação de produtora. Dito isto, Igor Sebastian traz esta discussão para a plenária do Conselho para que seja identificado se é de comum acordo a proposta apresentada ou se há alguma objeção. Igor Sebastian diz também que foi encaminhado, por parte da SMC, a resposta ao questionamento recebido sobre o Fórum Territorial da Zona Oeste, que teria surgido a partir das discussões realizadas no último encontro deste Conselho. Apresentados os pontos, Igor Sebastian abre as inscrições aos Conselheiros que quiserem apresentar suas considerações sobre as pautas apresentadas. O Conselheiro Álvaro Maciel diz que gostaria de separar as discussões, como havia sido apresentado na convocação para esta reunião ordinária. Igor Sebastian

concorda com a sugestão do Conselheiro Álvaro Maciel e dá início às discussões sobre a pauta dos Fóruns Territoriais. Respeitando a ordem de inscrições à fala, a palavra é passada à Conselheira Rayanne Pacheco. A Conselheira Rayanne Pacheco diz ter recebido e lido o e-mail de resposta à demanda dos fóruns territoriais, alegando que a dúvida da requerente era, também, uma dúvida entre os Conselheiros. Rayanne Pacheco acrescenta que faria alguns apontamentos em resposta ao e-mail recebido mas, com a realização deste encontro, optou por realizá-los aqui. Como primeiro ponto, Rayanne Pacheco gostaria de saber quem elaborou a resposta, uma vez que o documento foi encaminhado sem assinatura e na assinatura do e-mail o nome que vem é o do Conselho. O segundo ponto apresentado pela Conselheira é o questionamento se teria sido solicitado auxílio, junto à Procuradoria Geral do Município - PGM para elaboração desta resposta. Como terceiro ponto, a Conselheira faz a leitura do último parágrafo da resposta: "À luz do exposto, o entendimento desta Secretaria Executiva, é no sentido de que diante da ausência de previsão de legal quanto aos critérios de formação/criação dos "fóruns territoriais", o tema deve ser discutido pelo próprio Conselho, preferencialmente, por um grupo de trabalho específico, e, posteriormente validado perante o Plenário", alegando ter percebido que, nesta gestão, algumas respostas são apresentadas de forma muito vaga. Rayanne Pacheco diz que gostaria que já tivesse sido apresentada uma proposta, pois, como representante da Sociedade Civil, não detém conhecimento jurídico. Diz ainda que este conselho é agraciado pela presença de alguns assessores de vereadores que ajudam em diversas questões e que esta questão deve estar alinhada com o Poder Legislativo e com a PGM. Rayanne Pacheco diz que não é efetivo dar esta responsabilidade apenas ao Conselho, alerta que este ponto precisa ser discutido, antes mesmo da realização da Conferência e questiona sobre qual a estrutura será montada para tal discussão. Rayanne Pacheco diz que não se estenderá em sua fala e finaliza questionando se a estrutura será composta apenas pelos representantes da sociedade civil junto com os representantes do poder público ou se haverá algum tipo de apoio técnico, do ponto de vista jurídico, para realização dos trabalhos. Sem mais a acrescentar, é passada a palavra à Conselheira Andréa Chiesorin. Esta, saúda os presentes, pedindo desculpas por sua aparência e justificando que é desta forma que ela fica cada vez que vem ao encontro deste Conselho. Primeiramente, a Conselheira gostaria que constasse em ata que não identificou o recebimento da ata anterior que,

conforme previsto no Regimento deste Conselho, sempre ler a ata anterior para ver se é necessário modificar algo. Andréa Chiesorin diz que segue preocupada pois as reuniões deste Conselho seguem “fechadas”, sem divulgação ou abertura à Sociedade Civil e que gostaria de fazer um destaque sobre a ata desta reunião. A Conselheira diz estar surpresa sobre os informes do Plano Municipal de Cultura, visto que não estava constando na convocação, ou seja, uma ausência do que estaria previamente combinado. Sobre a pauta dos fóruns territoriais, Andréa Chiesorin diz, reforçando as palavras da Conselheira Rayanne Pacheco, que isto trata de uma regulamentação muito mais ampla que seria a regulamentação do Sistema Municipal de Políticas Culturais da Cidade do Rio de Janeiro, estando faltando a responsabilidade do que vem a ser fazer essa participação em conjunto. Andréa segue sua fala dizendo que é inadmissível que os Conselheiros não tenham recebido a proposta do GT da Conferência e Eleições sobre o que pretendem as Pré-Conferências, a Conferência e as Eleições, alegando que sem o recebimento deste “texto” não há o que se fazer. Andréa Chiesorin diz que teria acabado de receber o e-mail mencionado pela Conselheira Rayanne e que não consegue organizar sua vida em cinco minutos ou quando a Secretaria quiser, não fazendo sentido, do seu ponto de vista, a realização desta reunião uma vez que não tem nenhum prévio para analisar. A Conselheira exige respeito, considerando as medidas da Secretaria como desrespeitosas. Diz ainda ter atendido, prontamente, os pedidos da Secretaria sobre o que vem a ser a construção de uma política de acessibilidade, tendo se disponibilizado para realizar esta conversa. Relata que providenciou, o mais rápido possível, uma resposta aos questionamentos da Secretaria Executiva sobre os questionamentos das políticas de acessibilidade, pois sabe que este pensamento em fazer uma Conferência acessível é extremamente importante e inédito na Cidade do Rio de Janeiro. Andréa Chiesorin segue sua fala dizendo que não consegue acompanhar as discussões do GT da Conferência e Eleições pois estas ocorrem em encontros fechados, apenas com os Conselheiros que lá trabalham e então cita o nome dos Conselheiros que fazem parte do referido grupo. A Conselheira acrescenta que sem que algo seja apresentado, sem que as discussões sejam abertas aos demais Conselheiros nada deveria ser submetido à aprovação desta plenária. Andréa Chiesorin se desculpa pelos ânimos alterados e encerra sua fala. Seguindo a ordem de inscrições, a palavra é passada ao Conselheiro Álvaro Maciel. Este cumprimenta os presentes dizendo ser um prazer

trabalhar em conjunto e dá boas vindas ao Igor Sebastian, diz conhecer seu trabalho como músico e seu trabalho na SMC. Álvaro Maciel diz que, no GT, ficou combinada a distribuição da minuta da carta em resposta à dúvida apresentada sobre o fórum territorial. O Conselheiro diz que, como havia sido dito pela Conselheira Rayanne Pacheco, é uma questão simples mas que deve ser tratada com o devido respeito à sociedade civil pois houve um desentendimento do fórum da zona oeste pois não teriam lido o que prevê a lei. Álvaro Maciel acrescenta que a redação da carta está bem elaborada, citando os artigos 13 e 14 da Lei nº 6.708/2020 e, para aqueles que não vem acompanhando as discussões, o CMPC teria sido citado em uma publicação de um jornal da zona oeste mas sem o conhecimento do próprio CMPC, tendo deliberado sob um regulamento criado pelo próprio fórum da zona oeste e não sob o que é previsto em lei. O conselheiro então faz uma breve leitura do que é previsto em lei, em especial os seguintes pontos: “Art. 13. Os Fóruns Territoriais, de caráter permanente, são instâncias de deliberação, assessoramento e consulta do CMPC, e serão criados de acordo com a distribuição territorial das Áreas de Planejamento da Cidade.” e o “Art. 14. Compete aos Fóruns Territoriais a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios, bem como eleger os representantes territoriais das Comissões Setoriais, nos termos do §2º do art. 9º desta Lei e na forma do regulamento”. Alertando ao fato de que não há regulamentação ainda, apenas a lei. Ou seja, quando é mencionado “na forma do regulamento”, ainda terá de ser construído este regulamento. O Conselheiro segue sua fala dizendo que no art. 15, que é o que mais interessa no momento, diz: “Art. 15. A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui instância de participação social, mediante articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no Município e propor diretrizes para a formulação de Políticas Públicas de Cultura, que comporão o PMC.”, em especial seu § 4º, que diz: “A representação da sociedade civil na CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo esses representantes eleitos em reunião extraordinária convocada para este fim nos Fóruns Territoriais.”. O Conselheiro diz que não houve reunião extraordinária convocada para este fim e o fórum territorial, criado na zona oeste, tomou para si a criação de um regulamento para Conferência, dizendo que o somente aquele fórum que faria as inscrições, causando uma confusão na região. Álvaro

Maciel diz ainda que ele, junto com a Conselheira Ellen Costa foram até o local para poder debater o assunto, que os participantes do fórum estavam muito irritados, tendo sido, os dois Conselheiros, destratados pelos presentes e, trazendo então, esta discussão ao Conselho. O Conselheiro diz que, caso concordem, poderia ser fechada esta discussão sobre os fóruns territoriais, uma vez que está explícito na lei a necessidade de uma convocatória específica para este fim e para discussão sobre assuntos de Eleição e Conferência. Acrescenta ainda que, em sua ida ao fórum da zona oeste, surgiu a ideia de começar a criação e divulgação de uma cartilha contendo informações e comentários do que é previsto em lei, acreditando que a não divulgação e não discussão desses temas nos territórios gera este tipo de mal entendimento. Além disto, o Conselheiro diz que é fácil entender o desânimo e até mesmo ansiedade para que aconteça a regulamentação do sistema, que haja avanço na lei de cultura, para que o sistema entre em funcionamento com o fundo territorializado, etc. Álvaro Maciel segue sua fala dizendo que, mesmo que tenha sido destratado não ficará com mágoas, pelo contrário, compreende a reivindicação pelo direito. O Conselheiro completa dizendo que a carta está “de bom tom” pois não é uma carta acusatória mas que tem uma observação que, embora tenha sido provocada para uma pessoa, trata-se de um documento público e por isso não deve ser nominativo, ou seja, pode ser respondida ao e-mail recebido mas deve ser publicado nas páginas da SMC. Além disso, o Conselheiro lembra sobre o direito de resposta no jornal que publicou a matéria inicialmente, podendo ser inserida a resposta presente na carta ou aguardar um pouco mais e encaminhar uma resposta já falando também sobre os processos de convocação da Conferência Municipal de Cultura. Álvaro Maciel faz um apelo sobre a aprovação deste documento, uma vez que não há nada na carta que possa prejudicar o conselho em aprovar este documento e liberando uma resposta à sociedade civil, tendo em vista que quanto mais demorar para uma resposta, maior poderá ser o prejuízo. Álvaro Maciel então encerra sua fala. Antes de dar sequência às inscrições de fala dos Conselheiros, Flávia Piana pede a fala para realizar alguns esclarecimentos. Flávia Piana diz que havia entendido que a carta teria sido direcionada não para o Conselho, mas sim para a Secretaria Executiva e, por este motivo, a carta não foi formulada como uma resposta do Conselho e sim um esclarecimento do ponto de vista jurídico, legal que a Secretaria Executiva estaria dando para a sociedade civil e também para o Conselho. Flávia Piana segue sua fala dizendo

que no último encontro teria surgido a cobrança de uma manifestação da Secretaria, a partir do ponto de vista jurídico. Com isto, a carta não exprime qualquer opinião política da Secretaria a respeito dos fóruns, ela só faz uma breve interpretação dos artigos previstos em lei, inclusive do que é previsto no guia do Ministério da Cultura para formação do Sistema de Cultura, destrinchando estas informações e sugerindo que, a partir destas informações, o CMPC se debruce sobre os critérios de formação destes fóruns territoriais e que decidam o que serão e como serão formados estes fóruns territoriais. Flávia Piana encerra seu esclarecimento. Seguindo a ordem de inscrições, a palavra é passada à Conselheira Carla Wendling. Carla Wendling cumprimenta os presentes, diz fazer parte do GT da Conferência e Eleições e que tem que fazer uma mea-culpa pois, até ser alertada por uma outra Conselheira, não havia reparado as pautas desta reunião. Diz que o GT teve uma reunião ontem, onde coube ao grupo a preocupação a questão do que está pendente em relação aos fóruns, viu o e-mail sobre a carta mas relata não ter tido tempo de efetuar a leitura e não há condições de aprovar um documento sem ter efetuado a leitura do mesmo, sem ter tido tempo de dividir com outros alguma dúvida ou angústia ocasionada a partir da leitura e quando se diz que é o Conselho que deve tomar certas atitudes, a Conselheira diz que prefere estudar e entender a proposta, uma vez que seria encaminhada em nome do Conselho. Carla Wendling diz já ter comentando outras vezes e que gostaria de reforçar que muitas coisas não passam no CMPC, que os Conselheiros só tomam ciência através das divulgações nas mídias, entretanto, quando há algum problema para ser resolvido, este é jogado na responsabilidade do Conselho. A partir disso, a Conselheira Carla Wendling diz que é necessário se debruçar sobre determinado assunto antes de assumir qualquer coisa na emoção. Continua sua fala dizendo que esta discussão já era para ter sido resolvida, mas não se pode na emoção ou na pressa tentar resolver ou aprovar este documento. Diz que esta questão já deveria ter sido resolvida, mas não pode ser feita às pressas, pois existem outras questões importantes a serem discutidas. Carla Wendling então, aproveita o ensejo para lembrar aos representantes da Secretaria sobre o e-mail que teria sido encaminhado em vinte e seis de janeiro que, até o momento, não teve resposta da SMC. O e-mail questiona a situação de dois projetos que, juntos, receberam aportes maiores que o total previsto para o programa de fomento. A Conselheira reforça também o pedido que realizou no primeiro encontro do ano ao Secretário Marcus

Faustini sobre os projetos previstos para o ano de dois mil e vinte e dois que, até o momento, também não foram apresentados. Carla Wendling ratifica sua fala sobre não poder deixar sujeita a responsabilidade do Conselho somente as decisões maléficas enquanto as benéficas ficam a cargo da Secretaria. Carla Wendling encerra sua participação. Por questão de ordem, Flávia Piana toma a palavra para si e diz que a carta não foi enviada com objetivo de ser votada e aprovada pelo Conselho. Explica que a carta é um parecer, da Secretaria, sobre os questionamentos recebidos. Além disso, a carta também está direcionada ao Conselho que também poderá formular uma resposta ao fórum da zona oeste, a partir do entendimento e discussões realizadas pelo grupo, podendo o encontro de hoje ser utilizado para este fim e o parecer da Secretaria utilizado para base destas discussões. Encerrados os esclarecimentos por parte da Flávia Piana, a palavra é dada ao Conselheiro Álvaro Maciel. Álvaro Maciel compreendendo a fala de Flávia Piana diz que a Secretaria tem o direito de resposta, uma vez que os questionamentos foram direcionados à Pasta, entretanto, visando a melhor formatação do documento, sugere a inclusão do Art. 15, que foi outrora citado. Em relação a Conferência, o Conselheiro diz que não está sendo discutida a aprovação da Conferência pois isto já ocorreu. O que está sendo levantado neste encontro é apenas a possibilidade de aprovação de uma proposta de calendário de realização do evento. Álvaro Maciel diz que considera ser urgente, devido a calamidade, discriminação e devido a violência simbólica com parte dos artistas e fazedores de Cultura do Rio de Janeiro e, por conta da necessidade urgente de reparação com este público, não é digno cogitar em adiar a regulamentação ou a realização da Conferência para renovação do Conselho. Encerrada a fala do Conselheiro Álvaro Maciel, a Conselheira Carla Wendling retoma a palavra. Carla Wendling diz que pode ter ocorrido algum equívoco no momento de sua fala. Carla Wendling diz que havia sido encaminhada à Secretaria uma proposta para realização das Eleições ainda em dois mil e vinte um e, aparentemente, a Secretaria não teria visto. Com isto, a Conselheira diz que não há interesse em adiar o processo eleitoral ou realização da Conferência. Acrescenta que o problema de falta de reconhecimento dos artistas e produtores culturais não ocorre apenas na zona oeste como a maioria acredita, mas também acontece na zona sul e que, por isso, não se cogita a possibilidade de adiar o processo das eleições como o Conselheiro teria mencionado. Não tendo nenhuma inscrição após a fala da Conselheira

Carla Wendling, Igor Sebastian toma a palavra para realização dos encaminhamentos. Igor Sebastian sugere que os documentos confeccionados pelo GT sejam encaminhados para apreciação dos demais conselheiros para que todos sejam inseridos e fiquem alinhados com o que foi produzido, conforme teria pleiteado a Conselheira Andréa Chiesorin. Quando questionado sobre uma data limite para envio deste documentos, Igor Sebastian diz que os documentos serão encaminhados até o final da semana seguinte ao do encontro, com data limite para o dia quatro de março de dois mil e vinte e dois. Uma vez encaminhado os documentos, Igor Sebastian sugere que o assunto seja retomado na próxima reunião ordinária do Conselho, permitindo que todos tenham tempo hábil para acesso aos documentos confeccionados. Não havendo objeções, a sugestão de encaminhamento foi acatada. Após encaminhamento, Rayanne Pacheco toma a palavra e retoma o assunto referente aos fóruns territoriais. Em sua fala, a Conselheira relata que houve um mal entendido em relação ao que é previsto na legislação, por parte do fórum da zona oeste e que, a partir disso, uma produtora teria feito uma solicitação clara e objetiva solicitando um esclarecimento jurídico a respeito da regulamentação do fórum. Dito isto, a Secretaria respondeu o e-mail dizendo que seria interessante a criação de um grupo de trabalho para que chegasse a uma conclusão sobre a regulamentação dos fóruns territoriais. Rayanne Pacheco se manifesta contrária ao posicionamento apresentado pela Secretaria e acrescenta que, de acordo com sua avaliação, a resposta não foi satisfatória. A Conselheira considera que a resposta deve ser elaborada ainda neste encontro e questiona se há, por parte da Secretaria, algum tipo de apoio jurídico para tal. Rayanne Pacheco justifica seu posicionamento alegando que a falta de manifestação conclusiva por parte da Secretaria e do Conselho está abrindo margem para interpretação equivocada da legislação e, conseqüentemente, uma mobilização em vão. Diz ainda que, caso a Secretaria mantenha a orientação para criação de um grupo de trabalho para tal, que seja fornecido o apoio jurídico necessário para tal. Flávia Piana toma a palavra e questiona se a deliberação do Conselho sobre o assunto é que a Secretaria deve ficar responsável pela regulamentação do que serão os fóruns territoriais. Rayanne Pacheco diz que não, que suas considerações foram feitas a partir da sugestão da própria Secretaria em criar um GT para realização deste trabalho. Flávia Piana então completa sua fala anterior dizendo que não necessariamente deve ser criado um grupo de trabalho. A sugestão foi feita acreditando que o objetivo de um

grupo de trabalho é realizar discussões que podem não ter tempo hábil para discussões na plenária e levantar o assunto para todo Conselho já com as ideias esmiuçadas. Flávia Piana reforça a ideia de que a definição dos fóruns territoriais deve ser realizada ainda neste encontro, definindo o que o Conselho entende que seja razoável criar como critério para que um fórum territorial tenha legitimidade. Rayanne interrompe a fala de Flávia Piana, agradecendo ensejo e afirma que os Conselheiros, da Sociedade Civil, não possuem capacidade técnica para definir esta situação sem auxílio de um apoio técnico jurídico. Rayanne Pacheco deixa claro que sua fala não tem intenção de menosprezar a capacidade dos demais Conselheiros. Flávia Piana concorda com a fala da Conselheira quando ela fala que é uma questão complexa esta decisão e, por isso, considera antidemocrático que seja feito por uma decisão unilateral da Secretaria, surgindo então a sugestão de criação de um grupo de trabalho. Rayanne Pacheco sugere então que seja disponibilizado um apoio técnico para que possa haver a mobilização para criação do grupo. Flávia Piana questiona qual o tipo de apoio técnico a Conselheira se refere, acrescentando que, assim como a Conselheira, é advogada mas não se considera apta a realizar este trabalho. Rayanne Pacheco diz que o ideal seria um parecer da Procuradoria Geral do Município, alegando ser imprescindível unir a legalidade e a vivência, ou seja, alguém com conhecimento técnico jurídico e pessoas que possam dar as orientações do ponto de vista cultural. A Conselheira, novamente, pede que a Secretaria forneça a estrutura solicitada para que possa ser efetuado um trabalho contundente e sucinto. Flávia Piana mantém sua posição sobre a sugestão de criação do grupo de trabalho, dizendo que poderia, inclusive, ser estipulado um prazo para que os envolvidos pudessem se debruçar sobre isso. Rayanne Pacheco diz que há uma falha de comunicação dentro do GT. A Conselheira concorda que deve haver o debate a partir da resposta da Secretaria, que deve ser realizada a criação do GT para discussão, pensamento dos critérios de regulamentação dos fóruns territoriais e a validação na plenária deste Conselho, desde que haja o embasamento técnico. A Conselheira considera que esta seria a fórmula ideal para que, dentro do prazo citado anteriormente, haja uma resposta definitiva para tal. Rayanne Pacheco agradece o momento de fala e encerra suas contribuições. Seguindo a ordem de inscrições, Tomás Ramos toma a palavra. Tomás Ramos cumprimenta os presentes e inicia sua fala dizendo concordar com as falas de Flávia Piana. De acordo com suas considerações, a questão da

regulamentação dos fóruns não é um debate jurídico e sim um debate político e, ainda segundo seu ponto de vista, o local para realização de debates políticos seja o Conselho, ao qual a Secretaria também faz parte, tendo inclusive, insumos que podem ajudar a chegar a uma conclusão. Considera ainda que a definição mínima dos critérios para regulamentação dos fóruns, quantitativos e outras informações devem ser pensadas a partir das discussões a serem realizadas pelo grupo de trabalho a ser criado. Tomás Ramos continua sua fala dizendo que sua dúvida principal não é em relação aos fóruns territoriais e sim sobre o cronograma para realização das Pré-Conferências e da Conferência, alegando que estas informações fazem muita diferença para aqueles que acompanham o andamento do processo no Parlamento. Tomás Ramos acrescenta que este será um ano de Plano Diretor, tendo a partir março uma audiência pública por semana, às quintas-feiras, e a partir de maio duas audiências públicas por semana, às segundas e quartas-feiras. Com isto, para que seja possível acompanhar o processo e ajudar na mobilização dos setores da sociedade, Tomás Ramos diz que é preciso ter acesso, o quanto antes, às datas previstas para realização dos eventos. Flávia Piana diz que a definição das datas depende da definição dos locais a serem utilizados, mas que isto é algo que pode ser resolvido de forma rápida. Igor Sebastian completa a fala de Flávia Piana dizendo que está sendo realizada, pelo GT responsável, uma adequação no calendário em questão para que o documento possa ser apresentado aos demais Conselheiros. Igor Sebastian se compromete a encaminhar os documentos até a sexta-feira seguinte à realização do encontro, ou seja, até o dia quatro de março de dois mil e vinte um. Uma vez respondido o questionamento de Tomás Ramos e encerrada suas contribuições, a palavra é dada ao Conselheiro Álvaro Maciel. Ele diz discordar da Flávia Piana e dos demais que julgam necessária a criação de um grupo de trabalho para resolver as questões dos fóruns territoriais, acreditando que o problema será resolvido a partir da regulamentação destes fóruns. Álvaro Maciel diz que sua leitura, realizada em sua fala anterior, prevê a sentença: "... de acordo com a lei e com o regulamento.". Então, ele diz ser necessário criar um regulamento, acrescentando que a regulamentação de uma lei pode ser feita através de um decreto, assinado pelo Prefeito e pelo Secretário de Cultura. O Conselheiro completa que é complicado tomar uma decisão sem que o presidente deste Conselho, cuja ausência já havia sido justificada no início do encontro, esteja presente. Álvaro diz que houve um pequeno avanço nas discussões, porém, a

regulamentação não deve ser feita por um GT e sim se a regulamentação será feita através de decreto, regimento ou outro documento. E diz ainda, que a lei cita que existem dois tipos de fóruns: permanente e temporário. Então este fórum pode ser de linguagens ou pode ser um fórum para candidatura nas Pré-Conferências. Álvaro Maciel diz concordar com a fala da Conselheira Rayanne Pacheco quando ela diz que os representantes da sociedade civil não detém do conhecimento jurídico para esta tomada de decisão. Acrescenta que os Conselheiros podem participar do processo, mas que trata-se de uma decisão que deve ser tomada pela gestão, a partir da interpretação da lei. O Conselheiro segue sua fala dizendo que os fóruns territoriais devem existir pois estão previstos no Sistema Nacional de Cultura, na Lei Estadual e na Municipal e lembra que podem existir ainda dois tipos de fóruns, como citado anteriormente. De acordo com o Conselheiro, o que falta é a regulamentação, que ainda não ocorreu e que gerou o problema em relação ao fórum da zona oeste. Finalizada a fala do Conselheiro Álvaro Maciel a palavra foi passada à Suelyemma Franco. Suelyemma Franco diz que tem um pensamento alinhado ao pensamento do Conselheiro Álvaro Maciel. Diz que a Lei Nº 6.708/2020 demanda regulamentação, o que ainda não ocorreu. Desta forma, Suelyemma Franco diz que ao consultar alguns pontos da lei é normal que haja dúvida de como proceder em algumas situação. A regulamentação da lei será um direcionamento do ente público, dizendo como ocorrerá a estruturação. Suelyemma Franco diz que a sociedade civil tende a se organizar conforme sua interpretação, entretanto, isto não quer dizer que haja formalidade ou relação direta com o poder público no sentido de institucionalidade. Dito isto, Suelyemma Franco diz que o que resta é o poder público definir se é possível ou não utilizar o fórum já existente como um modelo do que será regulamentado a partir da lei. Encerrada a fala, Flávia Piana toma a palavra. Flávia Piana diz que as falas de Suelyemma Franco e Tomás Ramos foram claras quando dizem que não se trata de uma questão jurídica e sim política. Flávia Piana acrescenta que a lei já teve algumas regulamentações, por exemplo: a do fundo, realizada através de decreto, outra parte feita através de resolução. Flávia Piana continua dizendo que, de acordo com seu ponto de vista, a regulamentação dos fóruns territoriais deveria ter sido realizada através do Regimento Interno não tendo, na ocasião, sido mencionado pelos representantes do poder público ou da sociedade civil. Flávia Piana diz que alguns podem considerar que ao sugerir a criação de um grupo de

trabalho, a Secretaria estaria tentando tirar de si esta responsabilidade, quando na verdade seria o contrário. A criação de um grupo de trabalho contaria, diretamente, com representantes da Secretaria na participação dos trabalhos. Mas volta a dizer que não acredita ser o mais aconselhável a regulamentação dos fóruns ser realizada pela Secretaria, pois pode soar como uma imposição do poder público os critérios de definição dos grupos. Flávia Piana acrescenta que a regulamentação pode ser realizada como uma alteração no Regimento Interno deste Conselho, criando um parágrafo nos artigos que tratam dos fóruns territoriais, detalhando como serão criados ou legitimados estes fóruns territoriais e completa dizendo que é de extrema importância que haja, neste GT, a participação dos representantes do legislativo. Álvaro Maciel diz que está sendo providenciada a definição das datas para realização das Pré-Conferências e que a regulamentação dos fóruns territoriais, para indicação dos candidatos, devem estar ligados diretamente a este processo. Explica que a comprovação do fazer artístico é extremamente importante para que haja legitimidade no processo eleitoral. O Conselheiro cita que pode ser usado como parâmetro o último processo eleitoral, que deu certo e gerou grandes representações da sociedade civil no Conselho. Flávia Piana interrompe a fala do Conselheiro para dizer que a existência dos fóruns territoriais é prevista na lei, onde diz que os: "... os Conselheiros serão eleitos em fóruns territoriais divididos por áreas de planejamento - AP.", que esta necessidade não é uma invenção da Secretaria e questiona sobre qual seria a proposta do Conselheiro. Álvaro Maciel diz que um ponto é como será exigida a comprovação de quem faz parte de um fórum territorial e o outro é sobre a definição do fórum territorial. O Conselheiro sugere que existam os fóruns territoriais das Pré-Conferências, deixando claro que serão estes fóruns que permitirão as inscrições e participações no processo eleitoral. Ressalta que os fóruns sugeridos não se referem aos fóruns territoriais das linguagens artísticas, ou fóruns territoriais setoriais cujo objetivo é o debate de discussão de leis, normas e outras em favor de determinados movimentos ou expressões culturais. Encerrada a contribuições dos Conselheiros e identificando que houveram inscrições da sociedade civil, o apoio técnico da Secretaria Executiva do Conselho explicou que, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho, ao final do encontro é destinado o momento de fala aos convidados da sociedade civil. Após as explanações, Igor Sebastian toma a palavra para definição do encaminhamento em relação a pauta da

Conferência e Eleições. Onde a proposta é de disponibilização dos documentos confeccionados pelo GT através dos e-mails dos demais Conselheiros. Não havendo objeções, a sugestão de encaminhamento foi acatada. A Secretária Executiva detalha a proposta de encaminhamento e cita também sobre o possível encaminhamento referente aos fóruns territoriais. Primeiro fala sobre a proposta de envio dos documentos confeccionados pelo GT da Conferência e Eleições. Em seguida, relata a urgência para definição dos critérios de regulamentação dos fóruns territoriais, sendo necessário criar um GT com as representações da sociedade civil, poder público, do legislativo e um representante técnico jurídico. Flávia Piana diz que sobre o segundo apontamento, é importante colocar a sugestão em votação, uma vez que alguns conselheiros se demonstraram a favor da sugestão e outros contrários. A Secretária Executiva solicita à plenária que haja manifestação, via chat da ferramenta utilizada, daqueles que são contrários a criação do grupo de trabalho. Segundo o apoio técnico, não foram realizadas objeções. A Secretária Executiva diz que sendo definido como favorável a criação do GT, é importante já ser definido, ainda neste encontro, a composição do grupo de trabalho. Fernando Mamari interrompe a fala da Secretária Executiva e pede a palavra, uma vez que não havia, até o momento, inscrições para fala. Fernando Mamari inicia sua fala se apresentando e diz que, na tentativa de entender um pouco mais a pauta em discussão, é que não é responsabilidade da Secretaria dizer como a sociedade civil irá se organizar, seguindo a fala do Conselheiro Álvaro Maciel e de Suelyemma Franco, mas cabe dizer como essa organização irá lidar com o processo eleitoral que está previsto. Fernando Mamari diz que é importante estabelecer as datas das Pré-Conferências e fazer com que esta informação chegue ao maior número de pessoas possíveis, seja através dos grupos, coletivos e nos territórios de modo geral. O Conselheiro segue sua fala dizendo que tentar redefinir processos que já existem pode ser uma perda de tempo, é preciso ser definido um processo operacional. Fernando Mamari diz que a preocupação deve ser quanto a definição de como a sociedade civil através de seus agentes culturais, conselhos ou grupos poderão participar destas Pré-Conferências e Conferência futura. Flávia Piana pediu a palavra para realizar algumas considerações sobre a fala do Conselheiro Fernando Mamari, entretanto, a mesma teve uma queda de conexão. A Conselheira Carla Wendling, considerando uma colaboração feita no chat da ferramenta, as falas dos Conselheiros Álvaro Maciel e da

Suelyemma Franco, diz que se o ponto foi apresentado pela Secretaria é responsabilidade dela dar conclusão da regulamentação dos fóruns territoriais. A Secretária Executiva, a fim de prestar esclarecimentos ao Conselheiro Fernando Mamari, explica que já há um grupo de trabalho atuando nas discussões e organização da realização da Conferência e Eleições. Acrescenta que o que está sendo proposto no momento é a criação de um outro grupo de trabalho para estudo e discussões da regulamentação dos fóruns territoriais. Fernando Mamari, após as explanações, diz que a criação de um novo grupo de trabalho pode acarretar em perda de tempo, uma vez que as discussões podem ocorrer dentro da plenária. Flávia Piana diz que, do seu ponto de vista, a questão não é filosófica mas, essencialmente, operacional. Continua dizendo que a lei criou o Sistema Municipal de Cultura e citando os fóruns territoriais como um órgão de acompanhamento permanente das políticas do Conselho e dando a estes fóruns a competência de eleger os Conselheiros de Cultura. Explica ainda que toda a confusão está ocorrendo por conta de um questionamento apresentado na última reunião, onde uma pessoa da sociedade civil, que faz parte de um fórum na zona oeste, questionou se faz ou não parte de um fórum válido, de acordo com o que prevê a legislação. Dito isto, Flávia Piana diz que não é uma dúvida levantada pela Secretaria e sim pela própria sociedade civil. Flávia Piana acrescenta que a legitimidade que está sendo questionada é a legitimidade perante a lei, visto que a atual gestão entende que todo tipo de manifestação cultural seja válida e legítima. A questão que foi levantada é quais fóruns serão reconhecidos como instâncias eleitorais, ou seja, para eleger os conselheiros da sociedade civil. Caso exista mais de um fórum na mesma área de planejamento, qual será considerado válido ou não, questiona Flávia Piana, acrescentando que terá de ser escrito em algum lugar esta regulamentação. Fernando Mamari não concorda em alterar o processo eleitoral que foi funcional há quatro anos através e gerou boa experiência para todos que participaram do processo. Flávia Piana diz que o processo eleitoral não precisa mudar, mas precisa ser regulamentado. Tomás Ramos então toma a palavra, acrescentando que existe uma única diferença entre o processo eleitoral passado e o que está por vir: esta será a primeira eleição do Conselho com a eleição do sistema, que não existia no processo anterior. Continua sua fala dizendo que para evitar judicialização do resultado, é necessário que estes pontos estejam bem definidos e regulamentados. Tomás Ramos diz que o objetivo da criação de um novo grupo de trabalho é conseguir

realizar o levantamento de possíveis polêmicas, pensar as alternativas e como não limitar a participação da sociedade civil, mantendo a organização dos métodos de participação. Continua dizendo que o ideal seria já ter essas informações esmiuçadas na próxima reunião para aprovação na plenária, a partir disto, a gestão terá um caminho para seguir, considerando os termos e os apontamentos que foram consideradas importantes no estudo feito pelo GT. Fernando Mamari diz que a discussão então precisa considerar a experiência do processo eleitoral passado e também da nova legislação que está em vigor. Sendo obrigação do GT que já está discutindo a Conferência de Cultura, sem a necessidade de criar um novo grupo de trabalho. Flávia Piana concorda com a sugestão do Conselheiro Fernando Mamari e acrescenta que os links dos próximos encontros do grupo de trabalho devem ser disponibilizados para todos os Conselheiros e, desta forma, aqueles que puderem contribuir com as discussões, poderá se fazer presente, podendo até ser convocada uma reunião extraordinária para votação da proposta que deverá ser apresentada pelo GT da Conferência e Eleições. Encerradas as contribuições do Conselheiro Fernando Mamari e Flávia Piana, a palavra é dada à Conselheira Andréa Chiesorin. Andréa Chiesorin diz ter realizado algumas considerações pelo chat da ferramenta, devido a impossibilidade de estar a todo tempo disponível com áudio e vídeo. A conselheira diz ver duas discussões importantes a serem realizadas no momento. A primeira é o desrespeito sofrido pelos conselheiros que se fizeram presentes no fórum da zona oeste. Que no último encontro ficou entendido que seria importante realizar uma carta para tentar atenuar o que estava ocorrendo na zona oeste e que, inevitavelmente, ocorrerá em outros lugares. O segundo ponto apresentado pela Conselheira, são os instrumentos de participação. A Conselheira diz estar perguntando qual o conteúdo da Conferência, pois há anos a sociedade civil aguarda uma organização política de como será a participação da sociedade civil da cidade do Rio de Janeiro. Acrescenta que o avanço na chegada no território está ligada com a maturidade, que desde 2009 discutem sobre a Conferência Municipal de Cultura. A Conselheira explana que não é este colegiado, o Conselho fechado e esgotado que definirá sobre isso, alegando que isto é uma pauta política para discussão na Conferência. Andréa Chiesorin diz que o próprio Plano Nacional de Cultura também propõe os colegiados setoriais. E segue sua fala dizendo que sua angústia é ocasionada pelas voltas que estão sendo dadas em torno de algo onde não está havendo

proatividade. Com isto, conclui que o avanço está condicionado à aprovação do cronograma e também qual será a discussão política desta Conferência. Andréa Chiesorin diz que gostaria de ouvir as considerações de Sarah Alonso, convidada da sociedade civil que havia solicitado inscrição, e que a mesma não precisa aguardar o momento designado aos convidados pois já fez parte dos grupos de trabalho para elaboração do regimento interno, porque é ex-conselheira e porque, segundo ela, a reunião não teria sido divulgada. Seguindo a ordem de inscrição, a palavra é dada à Julia Franca. Julia Franca relata que as discussões dos grupos de trabalho são sim relatadas aos demais conselheiros nos grupos existentes e que sente falta disso no grupo de trabalho atual, dando a sugestão de que sejam criadas atas das reuniões ou resumos das discussões. Acrescenta que será extremamente importante abrir as reuniões aos demais conselheiros, mas os resumos e relatos são válidos para aqueles que não podem estar presentes nos encontros. Julia Franca encerra suas contribuições, deixando a palavra com Sarah Alonso. Sarah Alonso diz que será breve em seu relato e diz que é agonizante não poder participar mais dos encontros como conselheira. Sarah Alonso diz que fez parte do GT do Regimento Interno, onde foram realizados os estudos do Regimento anterior fazendo as concessões com a nova lei do sistema, houve surpresa quando foi constatado que a eleição estava ligada com a institucionalização dos fóruns. Sarah Alonso diz que uma das ponderações que mais foram levantadas na elaboração da lei era que fosse repetido o processo eleitoral que culminou na eleição do atual mandato. Acrescenta que há esta descrição na lei, porém, inserindo os fóruns no processo. Diz que no momento da implantação da lei, diversos pontos apresentados pelo Conselho teriam sido ignorados e ao tentar rever alguns pontos, a menção aos fóruns acabou passando despercebido. Sarah Alonso diz ter relatado, antes da implantação da lei do sistema, que isto poderia gerar problemas futuros por não retratar a realidade da cidade do Rio de Janeiro. Sarah Alonso diz que é necessário primeiro entender como este nó será desatado, diz que, infelizmente, não consegue pensar no momento em uma saída que permita ter um processo eleitoral amplo e democrático mas que isto precisa ser pensado com urgência. A ex-conselheira segue dizendo que além da urgência na definição das datas para realização das Pré-Conferências e da Conferência, ocorreu no processo passado a discussão de muitos temas irrelevantes e que deve ser pensado um método para que isto não se repita. Sarah Alonso completa sua fala dizendo que se

coloca à disposição para auxiliar no processo de discussão. Flávia Piana contempla a fala de Sarah Alonso dizendo que defende que os links de reuniões do GT sejam abertos também para os representantes da sociedade civil, como exemplo da ex-conselheira, que fez parte do último processo eleitoral, foram conselheiros, entre outras situações que podem colaborar nessas discussões. Igor Sebastian questiona se há inscrições à fala. O apoio técnico informa não haver inscrições. Igor Sebastian então diz terem ficado definidos os seguintes encaminhamentos: O envio dos documentos confeccionados pelo GT da Conferência e Eleições, com data limite até o dia quatro de março de dois mil e vinte e dois e o levantamento das discussões sobre os fóruns territoriais no grupo de trabalho já existente para que seja definido como será feita a regulamentação destes para o processo eleitoral. Quando questionado sobre informações sobre o Plano Municipal de Cultura, Igor Sebastian explicou que no dia do encontro, na parte da noite, está prevista a realização de uma reunião do Secretário Marcus Faustini com o Prefeito Eduardo Paes e, após esta reunião, serão apresentados maiores detalhes sobre o que for definido sobre o Plano Municipal de Cultura. Carla Wendling lembra que também é necessário que a Secretaria apresente uma resposta sobre os questionamentos realizados por e-mail, formalizados em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e dois, sobre as previsões de projetos para o ano de dois mil e vinte e dois e também sobre o pedido de reunião com o Prefeito Eduardo Paes. Igor Sebastian diz que as ponderações foram anotadas para apreciação e que tentará, o mais rápido possível, dar um retorno à solicitação encaminhada por e-mail. Igor Sebastian dá como encerrada a reunião. Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada às dezessete horas e dez minutos. Eu, Roberta Canêjo, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-presidente e os Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.